**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.456.959 - RS (2019/0053521-6)**

| | | |
|---|---|---|
| **RELATOR** | **:** | **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ** |
| AGRAVANTE | : | MAURÍCIO DAL AGNOL |
| ADVOGADOS | : | PABLO PACHECO DOS SANTOS E OUTRO(S) - RS062925 |
| | | RODRIGO TONIAL - RS063379 |
| | | PABLO FRIEDRICH DORNELES - RS059377 |
| AGRAVADO | : | E L S |
| ADVOGADO | : | CATIUSA BENEDETTI MACHADO - RS067295 |
| INTERES. | : | OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL |
| ADVOGADOS | : | ANA TEREZA BASILIO - RJ074802 |
| | | LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531A |
| | | CAROLINE SOUZA LEAL SALLES - RJ204587 |
| | | FRANCIELLE BERTANI - RS074802 |

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por MAURÍCIO DAL AGNOL contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro, Súmula 83/STJ (prazo prescricional), Súmula 83/STJ (termo inicial da prescrição), Súmula 7/STJ (termo inicial da prescrição), consonância do acórdão recorrido com jurisprudência do STJ (abatimento proporcional dos honorários contratuais), Súmula 5/STJ (dano moral), Súmula 7/STJ (dano moral), consonância do acórdão recorrido com jurisprudência do STJ (termo inicial do juros de mora), Súmula 83/STJ (termo final do juros de mora), razões recursais dissociadas do acórdão recorrido - Súmula 284/STF e ausência de prequestionamento.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: consonância do acórdão recorrido com jurisprudência do STJ (abatimento proporcional dos honorários contratuais), Súmula 83/STJ (termo final do juros de mora) e razões recursais dissociadas do acórdão recorrido - Súmula 284/STF.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

> PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

> QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
>
> 1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.
>
> 2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.
>
> 3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial**.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente